



Seminário FFE –IE/UFRJ

RENDA BÁSICA DE CIDADANIA: A POLÍTICA SOCIAL DO SÉCULO XXI?
Lições para o Brasil

***Renda Básica de Cidadania:
da controvérsia à unanimidade, uma ideia ainda com futuro?***

Lena LAVINAS



OUTLINE:

1. Contexto do debate sobre renda básica: unanimidades
 2. Experimentos: o caso da Finlândia
 3. Outros experimentos e o uso frouxo do conceito
 4. O caso brasileiro: uma ideia sequestrada, uma lei bastarda e um debate inexistente
 5. Pode a renda básica sobreviver à lógica da financeirização?
 6. Pontos para debate
- 



1. CONTEXTO DO DEBATE SOBRE RENDA BÁSICA: UNANIMIDADES





Liberdade real para todos (Van Parijs 1995)

Renda Básica, um direito *duty-free* (Van Parijs):

“É um direito *individual*, pois independe da situação do domicílio; é o que é comumente denominado *universal*, pois desvinculado da renda ou de controle de meios; e é *livre de obrigações*, pois dissociado da obrigação de trabalhar ou de comprovar sua disponibilidade para tal” (Van Parijs & Vanderborght 2017:8).





Trajectoria de uma ideia

- ❖ Tempos revolucionários: Thomas Paine (*Agrarian Justice*, 1797). Thomas Spence, Joseph Charlier propõem o pagamento de uma renda trimestral aos pobres
 - ❖ Primeiro grande debate público: Bônus Estatal (Labour Party inglês no pós primeira guerra)
 - ❖ Reaparece anos 60 (Partido Democrata, George McGovern, com apoio de Tobin e Galbraith). Friedman lança a ideia de um imposto de renda negativo.
 - ❖ Experimento piloto: MINCOME, Canadá, por 5 anos (1974/77), foco nos pobres
 - ❖ Anos 80: ativismo BIEN (1986)
- 



Século XXI ressurgue com força, novo período de transformações profundas

- ❖ Mudanças globais pedem novo contrato social e a reinvenção dos regimes de bem-estar.
 - ❖ Renda Básica de cidadania: direito humano ?
(estes reúnem direitos trabalhistas; seguridade social e o direito a um padrão de vida adequado)
- 



Uma ideia *one size fits all* que “pegou” da direita à esquerda

❖ Marc Zuckerberg

❖ Robert Reich

❖ Robert e Edouard Skidelsky

❖ Yanis Varoufakis (dividendo básico universal)

❖ Thomas Piketty

❖ Tony Atkinson (renda de participação)





2. EXPERIMENTOS: O CASO DA FINLÂNDIA





Estratégia controversa: pilotos para provar o diferencial

- ❖ Debate em pauta desde 1980 – teste-piloto em 2017.
 - ❖ Perpassa todo o espectro político: Aliança de Esquerda, Partido Verde, Partido de Centro. Social-democratas e conservadores reticentes
 - ❖ Cultura da experimentação no campo das políticas sociais
 - ❖ Trauma dos anos 90: elevado desemprego (passa de 3,4% em 1990 para 17,7% em 1993)
 - ❖ Apoio à renda básica: desemprego persistente e precarização crescente do emprego, Volta a discussão para o citizens wage
- 



Experimento por dois anos (2017-2018)

- ❖ 2000 desempregados, 25-58 anos, inelegíveis ao seguro desemprego tradicional, escolhidos aleatoriamente em todo território nacional – benefício mensal 560 euros, *duty-free*, livre de impostos, permitindo acúmulo de outros benefícios. Grupo de controle com 178 mil desempregados no benefício básico.
 - ❖ Custo: 20 bilhões de Euros
 - ❖ Justificativa: fortalecer a dimensão da “ativação”, em oposição ao seguro desemprego tradicional (redução de despesas administrativas custosas e *time-consuming*; incentivar o empreendedorismo)
- 



Resumidamente, o objetivo era “mudar a natureza do trabalho, aumentar os incentivos ao trabalho no interior do sistema e reduzir a burocracia” (Kangas & Pulkka 2016:4).

A novidade residia, portanto, em eliminar sanções e condicionalidades, para observar eventuais mudanças comportamentais na direção de novas formas de inserção ocupacional.





Experimento burlado pelo próprio governo de centro-direita

Às vésperas do lançamento do experimento em favor de uma renda de cidadania universal, o mesmo governo aprovou legislação (FINLEX 1138/2017) que apertou os requerimentos para habilitação ao seguro desemprego de caráter contributivo: a cada 65 dias, o beneficiário tem de comprovar ter trabalhado ao menos 18 horas ou ter participado durante 5 dias em uma atividade ofertada pela agência de promoção do emprego, caso contrário sofre uma redução de 4,65% no valor do seguro desemprego, a cada período.





Interrupção do experimento decidida antes dos resultados finais

- ❖ Resultados do experimento só em 2019
 - ❖ Decisão política
 - ❖ Pressão europeia
 - ❖ Opção pelo *Universal Credit inglês*
- 



3. OUTROS EXPERIMENTOS E O USO FROUXO DO CONCEITO





Outras iniciativas?

- ❖ Países escandinavos, uma ideia de pouca penetração, com a ativação predominando
 - ❖ Holanda: 4 cidades em Utrecht. Workfare X busca da inovação descentralizada
 - ❖ Escócia, Barcelona (B-Mincome), Coreia do Sul, Índia, Quênia,
 - ❖ Contra: Suíça (referendo)
 - ❖ Interrompido: Canadá
- 



Que conclusões tirar?

- ❖ Predominam transferências não condicionadas e não propriamente renda básica
 - ❖ Experimentos sem cobertura universal: *bias*
 - ❖ Público alvo: apenas os mais vulneráveis
 - ❖ Busca apenas da re-inserção ocupacional
 - ❖ Prevalece a redefinição da política assistencial para os desempregados de longo prazo. LIVRE DE CONTROLES E CONDICIONALIDADES
 - ❖ Novo lay-out da assistência: mais centralidade e menos complementar
- 



4. BRASIL: UMA IDEIA SEQUESTRADA, UMA LEI BASTARDA E UM DEBATE INEXISTENTE





Brasil 1

- ❖ Lei 10.835 de janeiro de 2004 (Bolsa Família, Lei 10.836 de janeiro de 2004). Aprovada sem debate nacional
 - ❖ Conteúdo da Lei:
 - ❖ Por etapas
 - ❖ A critério do poder executivo
 - ❖ Priorizando-se os mais necessitados
 - ❖ Valor para cobrir despesas mínimas com alimentação, saúde e educação!
 - ❖ Sem prazo de implementação
 - ❖ Desenho combina focalização, universalidade e uniformidade
- 



Brasil 2

- ❖ Jamais implementada por total inação do executivo e indiferença da sociedade. E isso numa gestão recente de esquerda
 - ❖ Ausência de debate seguiu prevalecendo, nem mesmo quando houve a discussão do Fundo Social do pré-sal.
 - ❖ O Bolsa Família se tornou quase uma proto-renda básica
 - ❖ Retomada nos programas de governo à presidência
 - ❖ A desconstitucionalização dos direitos entrou o debate.
- 



Brasil 2

- ❖ Jamais implementada por total inação do executivo e indiferença da sociedade. E isso numa gestão recente de esquerda
 - ❖ Ausência de debate seguiu prevalecendo, nem mesmo quando houve a discussão do Fundo Social do pré-sal.
 - ❖ O Bolsa Família se tornou quase uma proto-renda básica
 - ❖ Retomada nos programas de governo à presidência
 - ❖ A desconstitucionalização dos direitos entrouvrou o debate.
- 



5. PODE A RENDA BÁSICA SOBREVIVER À LÓGICA DA FINANCEIRIZAÇÃO?

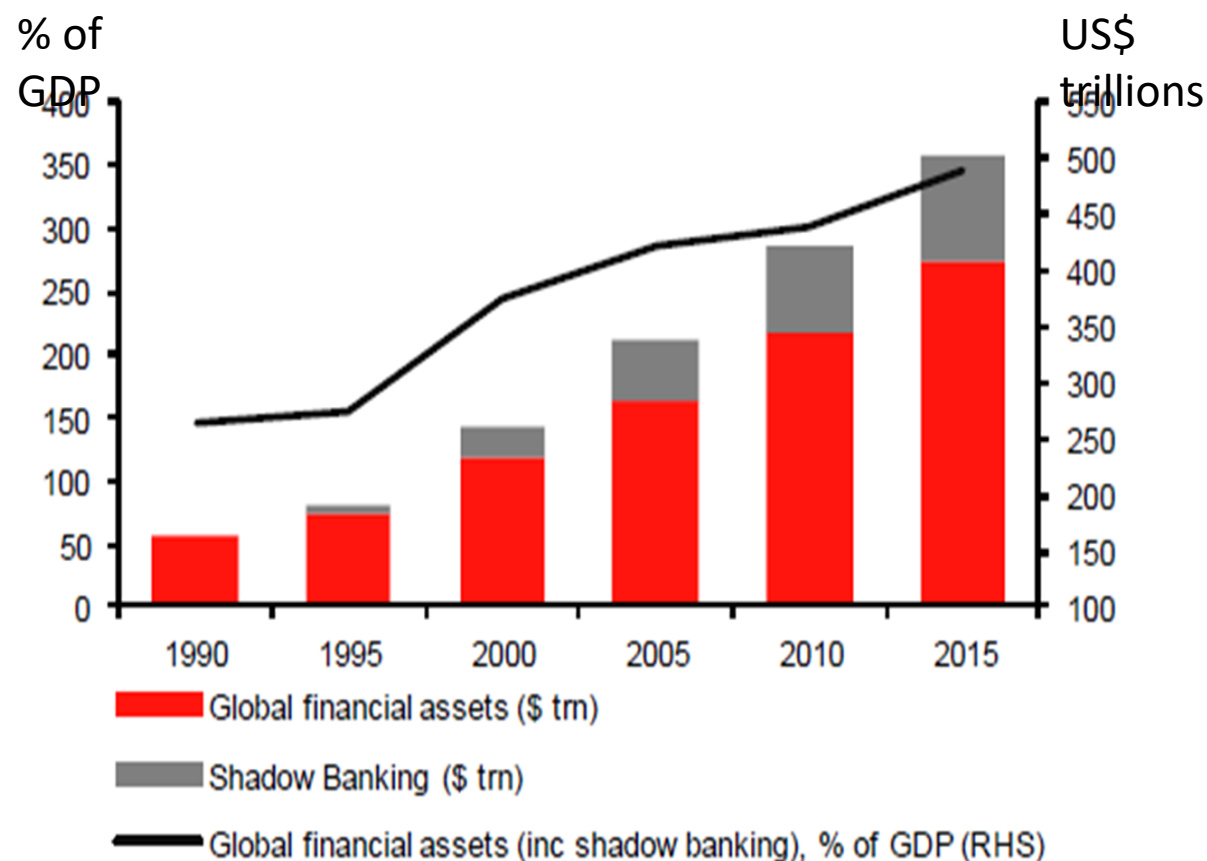




Financeirização: não existe uma definição única e consensual

- Novo estágio de desenvolvimento do capitalismo (Sawyer 2016)...
-que é “context-specific” (Fine 2009) e caracteriza o neoliberalismo (Fine & Saad-Filho 2016) – o neoliberalismo se sustenta na financeirização com destaque para o capital portador de juros
- Processo no qual os mercados financeiros, as instituições financeiras e as elites financeiras passam a ter peso crescente sobre as políticas econômicas e seus efeitos (Palley 2013).
- É quando a finança deixa de estar subordinada à produção (através do financiamento ao investimento, ao produto e ao consumo) e se inverte essa lógica (Sweezy 1994 – *O triunfo do capital financeiro*)

Estimated Value of Global Financial Instruments (US\$ trillion)



Source: Macquire Research (2017). Data: BIS/MGI/Macquarie Research.



Com mais alguns bemóis, é também:

- **expansão extraordinária dos ativos financeiros** vis a vis a economia real;
- **diversificação** de distintos tipos de ativos em meio à ascendência da lógica acionária;
- **primazia da especulação, em lugar ou em detrimento dos investimentos**, que tendem a recuar;
- mudança interna ao setor privado, com **os imperativos financeiros (lucros apropriados como renda) prevalecendo sobre os interesses da produção**;
- **concentração da renda** em função dos ganhos financeiros das elites;
- **booms de consumo das famílias com base no crédito, em particular por parte daquelas que costumavam não ser “bancarizadas”**;



E ainda:

- rápida e acentuada elevação do grau de endividamento das famílias, comprometendo parcela crescente e alta da renda disponível;
- famílias integradas ao circuito financeiro não apenas pelas dívidas mas também através da posse de ativos financeiros.
- penetração da finança em todas as dimensões da reprodução da vida, re-mercantilizando o que era desmercantilizado – ou deveria ter sido -, em particular com a substituição da provisão pública por uma miríade de linhas específicas de crédito e seguros imperfeitos para os riscos que pretendem cobrir;
- aumento do risco e da incerteza sob inúmeras e desconhecidas formas, e também ambientes macroeconômicos mais instáveis. A resposta da própria finança a isso é ofertar um amplo conjunto de novos produtos financeiros para atenuar os efeitos danosos dessa insegurança crescente. O lema é: “Assumir riscos para reduzir riscos”

Welfare Capitalism ou KWNS (Jessop)

Regime fordista: forte complementariedade, gasto social elevado.

Modelo: Estado Provedor (Estado do Bem Estar).

2 Pilares: progresso técnico-tecnológico e inovações institucionais na esfera da reprodução (Boyer 2014,2015)

Meta: Sociedade mais Homogênea - Equalização da mão-de-obra e das oportunidades, Manter a demanda agregada e a estabilidade econômica.

Mecanismos: 1) universalização do acesso à educação e à qualificação como resultado da democracia; 2) desmercantilização do acesso a saúde, moradia e outros bens e serviços; 3) um sistema tributário progressivo taxando altamente a riqueza individual.

Workfare nos
países do
Norte
e
*Social Risk
Management*
no Sul

Regime flexível ou neoliberal: política social atua na margem através de condicionalidades e restrições. Baixa complementariedade.

Modelo: Estado Promotor (*Enabling State*) (Gilbert 2004)

Meta: incentivar/forçar a inserção precária no MW (*Public support for private responsibility*) – redução de custos e solução de falhas de mercado

Mecanismos: 1) Mudança na estrutura do gasto com cortes na provisão de serviços desmercantilizados e prevalência de cash; 2) Combate à pobreza no lugar de proteção social; 3) Mérito/Punição/Exclusão – foco no indivíduo; 4) Sistema tributário regressivo; 5) Provisão privada e incentivos à mercantilização; 6) Mínimos Sociais e Microcrédito

Regime de valorização financeira: política social atua como colateral no acesso ao crédito e aos produtos financeiros que vão garantir consumo e proteção segmentada de acordo com a renda – riscos individualizados, sob medida!

Pisos de Proteção Social

Modelo: Estado Fiador da Dívida (*Debtfare State* – Susanne Soederberg)

Meta: expansão do mercado global sob a égide da moderna finança – inclusão financeira, através do relaxamento dos critérios. “*Finance must be for all!*” (Schiller 2003)

Credit for Welfare

Mecanismos: 1) Provisão pública reduzida a **pisos básicos** (renda, saúde e educação); 2) **Crédito** como mecanismo de acesso ao bem-estar; 3) **Dependência** (pelo endividamento); 4) **Sistema tributário regressivo**; 5) **Provisão privada pela democratização da finança** e mercantilização *all the way down* (Fraser 2012); 6) **Regulação por pisos de remuneração**; 7) **Equalização por padrões de consumo** - cidadania perde foco; novas formas de provisão de bem-estar notadamente produtos financeiros.



Predominância das transferências de renda no paradigma da proteção social no século XXI

- “Just give money to the poor” (Hanlon 2010): no mundo em desenvolvimento, o coração da política social é o microcrédito/microfinança e CCTS, desde o advento do neoliberalismo e da financeirização a partir dos anos 1990.
- Microfinança é A política social no Sudeste Asiático e os CCTS e Pensões Básicas, na América Latina e na África do Sul
- Em comum, entre outras coisas: retiram os pobres da reprodução pela economia de subsistência, através do fortalecimento das relações de mercado e da imposição de uma disciplina sobre eles (empréstimos, condicionalidades)- EX: Microcrédito no Brasil (Progridir) e Argentina.
- Trazem lastro à *lógica* do colateral: fluxos de rendimentos regulares vão pavimentar a inclusão financeira, para além da incorporação ao mercado



A Economia da Dívida (Lazzarato 2012)

- Dívida se torna o “drive to make social protection a function of business” (Lazzarato 2012)
- Gestão tutelada da dívida é, na prática, a hipoteca de um direito.
- Em paralelo, a Seguridade Social é desmantelada (Fagnani 2014, 2015). A política social no modelo social-desenvolvimentista foi essencialmente pró-mercado, e promoveu a re-mercantilização e o crescimento do endividamento das famílias, a despeito de uma elevação significativa do rendimento médio do trabalho (cerca 30% entre 2003-2014).



4. ^{cl}A GUISA DE CONCLUSÃO



Questões

Em que medida uma renda básica universal, paga pelo Estado a todos os cidadãos de um país, poderia escapar à lógica da colateralização da política social, inerente a esse estágio do capitalismo financeirizado?





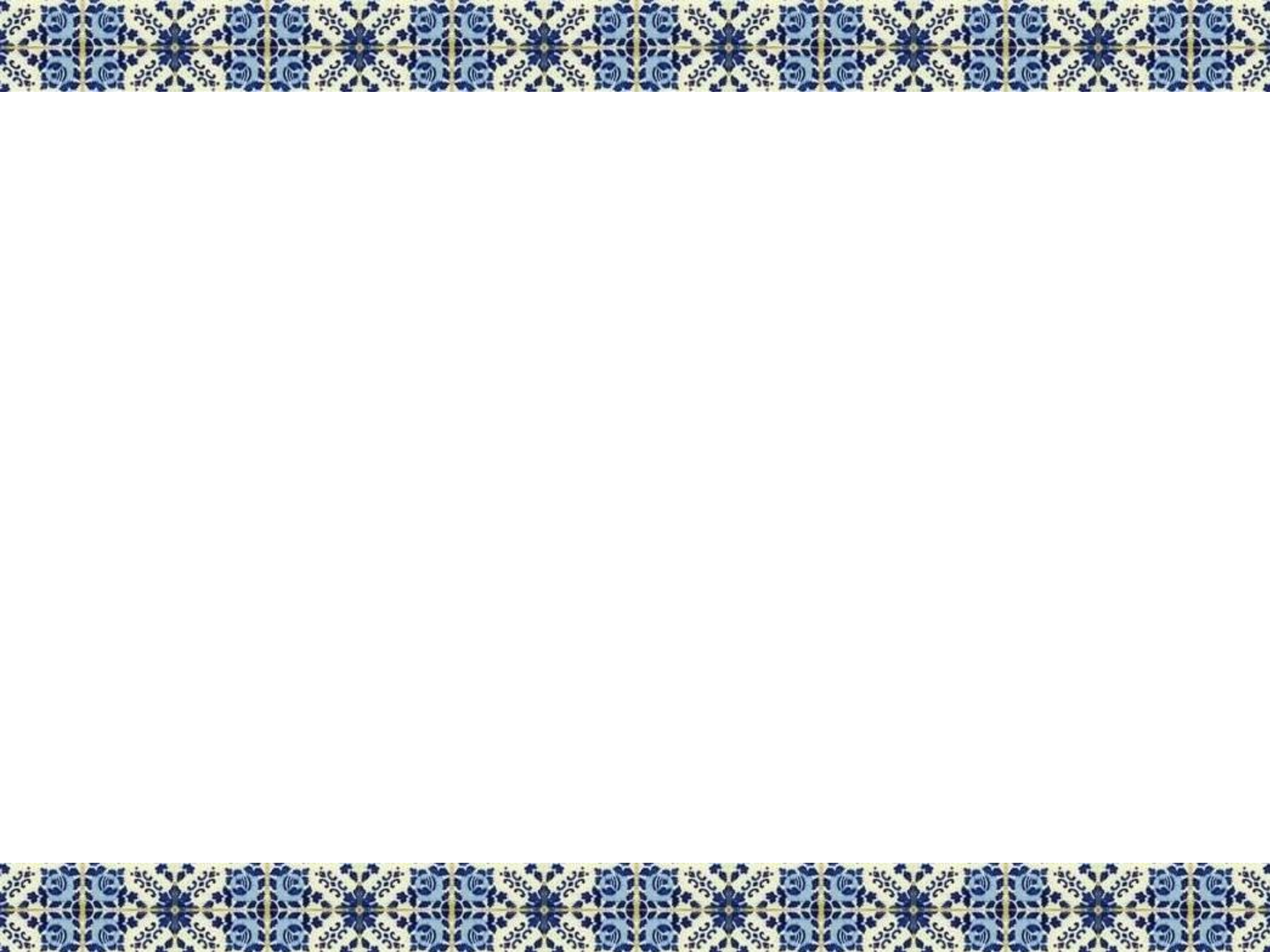
Parece tácito que o valor de uma renda básica de cidadania, na conjuntura presente, dificilmente cobriria todas as necessidades básicas de um indivíduo, necessidades essas crescentes nas sociedades contemporâneas. Isso não acionaria sua função de colateral, o que acabaria por comprometer sua essência emancipatória e, na direção oposta ao esperado, nos tornaria a todos presas do capital rentista, através do endividamento?





Ou será que ela vai acabar por fomentar, indiretamente, o processo de financeirização completa da provisão de saúde e educação, repassando às grandes seguradoras, fundos de *private equity*, fundos de investimento e outros agentes financeiros, recursos públicos que deveriam preservar nossa autonomia, em lugar de servir à acumulação do capital portador de juros?

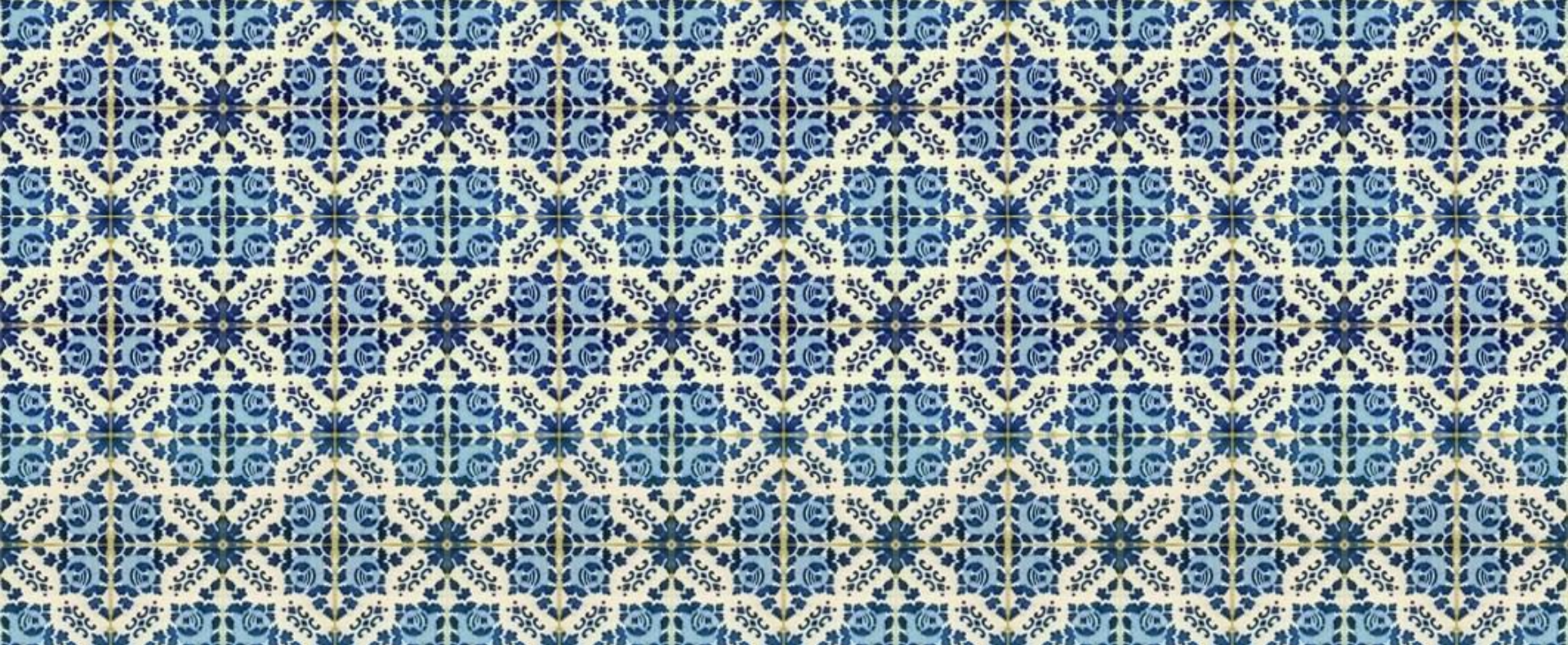






O QUE PODE FREAR TAL DINÂMICA?





QUESTÕES E DEBATES

OBRIGADA

